



CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

PROCURADORIA

PROCESSO: 00600-00030083/2025-50-e

PARECER JURÍDICO ADMINISTRATIVO N° 127/PG/CMPV/2025

INTERESSADO: DAF/CMPV - DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS (GASOLINA COMUM E DIESEL S10)

Ilustre Presidente,

À Procuradoria Jurídica desta Casa Legislativa foram encaminhados os autos do processo 00600-00030083/2025-50-e , para análise e parecer relativo à possibilidade jurídica de contratação através de dispensa licitatória.

Trata-se de processo referente a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS FÓSSEIS (GASOLINA COMUM E DIESEL S10) para atender as necessidades da Câmara Municipal de Porto Velho- CMPV por um período de 12 (doze) meses conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência N° 08/2025 em seu Anexo.

No decorrer da instrução processual, minutou-se o termo de referência e demais documentos legais exigidos, incluindo o relatório de cotações. A estimativa de consumo ficou estimada em R\$ 55.239,06 (cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e nove reais e seis centavos).

Em sua manifestação, o Setor de Compras opinou que a compra fosse efetivada mediante **DISPENSA DE LICITAÇÃO**.

Por sua vez, a Presidência solicitou desta Procuradoria a análise jurídica e posterior manifestação técnica.

Quanto à possibilidade de contratação mediante dispensa licitatória, a Lei nº 14.1333, de 1º de abril de 2021 aumentou os valores limites para contratação por dispensa de licitação, conforme se depreende da leitura do artigo 75 da referida lei:

Art. 75. É dispensável a licitação: [...]

§ 1º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do caput deste artigo, deverão ser observados:

I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;

II - o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, entendidos como tais aqueles relativos a contratações no mesmo ramo de atividade

Nesse cenário estão inseridas as contratações diretas em razão do baixo valor, aquelas cujos valores devem ser inferiores a R\$ 125.451,15 (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos) no caso de obras e serviços de engenharia e R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), para contratação no caso de outros serviços e compras.

Compulsando os autos, verifica-se que o MENOR VALOR para a contratação foi de **R\$ 54.281,57 (cinquenta e quatro mil duzentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos)** apresentado pela empresa **IMPERATRIZ AUTO POSTO COMERCIO LTDA**.

No entanto a Divisão de Compras e Instrução Processual, por meio do **eDOC 470E60BA**, informou a escolha da empresa **CALAMA AUTOPOSTO, CNPJ Nº 53.388.025/0001-70**, a qual apresentou o valor de **R\$ 55.239,06 (cinquenta e cinco mil duzentos e trinta e nove reais e seis centavos)**, como sendo a proposta **MAIS VANTAJOSA** apresentando a seguinte justificativa:

O Posto Imperatriz apresentou sua proposta com base na tabela ANP datada de 15/08, a qual já se encontrava desatualizada, visto que a tabela vigente a ser observada era a de 16/08. Além disso, o referido fornecedor encontra-se a aproximadamente 8,1 km da Câmara Municipal, o que acarreta maior tempo e custo operacional para abastecimento. Por sua vez, o Posto Calama apresentou proposta com preços ajustados à tabela ANP de 16/08, em conformidade com a referência oficial vigente, além de estar localizado a apenas 900 metros da Câmara Municipal, garantindo maior praticidade, redução de custos logísticos, otimização do tempo e maior controle sobre o abastecimento da frota.

De acordo com a Nova Lei de Licitações Nº 14.133/2021, mesmo nos casos de dispensa de licitação (como nas contratações diretas por valor inferior ao limite legal), a Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, e principalmente a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração (Art. 5º, inciso I e II).

Isso significa que a escolha deve buscar a proposta mais vantajosa, nesse caso o menor valor pode ser um fator determinante, mas não é o único critério

Nos casos de contratação direta por dispensa de licitação, especialmente com base no valor (Art. 75 da Lei 14.133), a Administração deve justificar a escolha do fornecedor e a vantajosidade da contratação, conforme Art. 75, §1º **“Na contratação direta, é dispensada a realização de licitação, mas deve ser justificada a escolha do fornecedor ou executante e a justificativa de preço”**

Face o exposto, em razão da justificativa da DCIP/CMPV, tendo em vista que os valores estão dentro dos limites legais estipulados para dispensa licitatória, e a documentação das empresas estão regulares e juntadas aos autos, bem como considerando que o processo está devidamente instruído e a despesa possui previsão orçamentária, esta Procuradoria manifesta-se pela possibilidade jurídica da contratação por **DISPENSA**, desde que o mesmo item não tenha sido objeto de contratação nos últimos 12 meses, nem esteja previsto para ser adquirido nos próximos 12 meses, de forma a se evitar o fracionamento indevido de despesa.

À Controladoria para parecer técnico.

É o Parecer, s.m.j

Porto Velho, 08 de Setembro de 2025.

CRISTIANE SILVA PAVIN

Procuradora-Geral da CMPV

DECRETO Nº 003/CMPV-2025



Assinado por **Cristiane Silva Pavin** - Procuradora Geral - Em: 15/09/2025, 08:53:08